

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE PLANO DE CURSO 2010.I

CENTRO	COLEGIADO(S)
CCAAB	Engenharia Sanitária e Ambiental

COMPONENTE CURRICULAR	
CÓDIGO	TÍTULO
CCA 308	Direito Ambiental

CARGA HORÁRIA				NOME DO DOCENTE
T	P	Est.	TOTAL	
51	-	-	51	Célia Regina Ferrari Faganello Noirtin

EMENTA
Teoria Geral do Direito Ambiental. Princípios Constitucionais Ambientais. O Direito Ambiental e os Direitos e Garantias Individuais. Instrumentos Jurídicos de Proteção Ambiental. Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente.

OBJETIVOS
Abordar o surgimento do interesse pela busca da tutela jurídica do meio ambiente e a conseqüente adoção de uma terceira categoria de direitos: os direitos transindividuais, no intuito de preparar o discente para adentrar no universo do Direito Ambiental, priorizando a dimensão holística e interdisciplinar do tema, capacitando os futuros profissionais da área de Engenharia Sanitária e Ambiental para atuarem dentro dos limites impostos pela legislação ambiental vigente. Preparar os futuros profissionais, quanto à área do Direito Ambiental, para atuarem em empresas privadas e também serem aprovados em concursos públicos. Despertar nos alunos uma visão crítica do Direito, com postura ética e cidadã.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Unidade I – Teoria Geral do Direito Ambiental</p> <p>1.1 Evolução Histórica do Direito Ambiental</p> <p>1.2 Disposições gerais do Direito Ambiental: denominação, conceito, fontes, abrangência, características, natureza jurídica, autonomia, relações com outros ramos do direito e com outras ciências;</p> <p>1.3 Espécies Normativas</p> <p>Unidade II – Princípios Constitucionais Ambientais</p> <p>2.1 Considerações Gerais</p> <p>2.2 Teoria Geral dos Princípios</p> <p>2.3 Princípios ambientais exclusivos ou direitos: Princípio da universalidade; Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais; Princípio da tutela estatal e coletiva; Princípio da educação ambiental; Princípio do desenvolvimento sustentável; Princípio da cooperação internacional; Princípio da prevenção; Princípio da precaução; Princípio do poluidor-pagador; Princípio do usuário-pagador; Princípio da função socioambiental da propriedade; Princípio da participação; Princípio da Informação; Princípio da Reparação.</p> <p>Unidade III – Instrumentos Jurídicos de Proteção Ambiental</p>

- 3.1 O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental
- 3.2 O zoneamento ambiental
- 3.3 O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental
- 3.4 O licenciamento ambiental
- 3.5 O poder de polícia do Estado
- 3.6 O dever de publicidade
- 3.7 Os impostos e seu uso extrafiscal
- 3.8 Os preços públicos e a defesa do meio ambiente
- 3.9 A responsabilidade civil objetiva pelos danos ao meio ambiente e a obrigação de reparar o dano
- 3.10 A criminalização dos danos ambientais
- 3.11 O controle administrativo repressivo
- 3.12 Os principais meios processuais de defesa ambiental: a ação civil pública e a ação popular
- 3.13 A criação de Unidades de Conservação
- 3.14 O tombamento
- 3.15 Os fundos para proteção ambiental
- 3.16 Planejamento e Planos Ambientais

Unidade IV – Legislação Federal, Estadual e Municipal Pertinente

- 4.1 Lei Federal 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente, alterada pela Lei 10165 de 27/12/00 e Decreto 99.274/90
- 4.2 Lei Federal 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais e Decreto 3.179/99.
- 4.3 Lei Federal 9.795/99 - Política Nacional da Educação Ambiental
- 4.4 Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Decreto 4.340 de 22/08/2002 - Regulamenta Artigos da Lei n.º 9.985/00
- 4.5 Lei Federal 9.433/97 - Política Nacional de Recursos Hídricos e Lei 9.984/2000 – Dispõe sobre a criação da Agência Nacional das Águas - ANA
- 4.6 Portaria 518MS/2004 - Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências
- 4.7 Decreto 5.440/2005 - Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.
- 4.8 Resolução CONAMA 357/2005 - estabelece diretrizes ambientais para corpos d'água e padrões para lançamentos de efluentes
- 4.9 Lei Federal 11.445/07 Política Nacional de Saneamento Básico e Resolução nº 62/2008 - Pacto pelo Saneamento Básico
- 4.10 Lei Estadual 11.172/08 – Política Estadual de Saneamento Básico da Bahia
- 4.11 Projeto de Lei 1.991/2007 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DATA	ATIVIDADES PROGRAMADAS
16/03/2010	Apresentação dos alunos, professora e conteúdo programático; A questão ambiental no Brasil contemporâneo. Importância do Direito Ambiental para a formação do Engenheiro Sanitarista e Ambiental
23/03/2010	Teoria Geral do Direito Ambiental: Evolução Histórica do Direito Ambiental; Teoria Geral do Direito Ambiental: Disposições gerais do Direito Ambiental: denominação, conceito, fontes, abrangência, características, natureza jurídica, autonomia, relações com outros ramos do direito e com outras ciências; Espécies Normativas;
30/03/2010	Princípios Constitucionais Ambientais: Considerações Gerais; Teoria Geral dos Princípios; Princípio do direito à sadia qualidade de vida; Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais; Princípio

	da tutela estatal e coletiva; Princípio da educação ambiental; Princípio do desenvolvimento sustentável; Princípio da cooperação internacional; Princípio da prevenção; Princípio da precaução; Princípio do poluidor-pagador; Princípio do usuário-pagador; Princípio da função socioambiental da propriedade; Princípio da participação; Princípio da Informação; Princípio da Reparação;
06/04/2010	Instrumentos Jurídicos de Proteção Ambiental: Estabelecimento de padrões de qualidade ambiental; Zoneamento Ambiental; Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental; Licenciamento ambiental; Poder de polícia do Estado; Dever de publicidade; Os impostos e seu uso extrafiscal; Os preços públicos e a defesa do meio ambiente; A responsabilidade civil objetiva pelos danos ao meio ambiente e a obrigação de reparar o dano; A criminalização dos danos ambientais; O controle administrativo repressivo; Os principais meios processuais de defesa ambiental: a ação civil pública e a ação popular; A criação de Unidades de Conservação; O tombamento; Os fundos para proteção ambiental; Planejamento e Planos Ambientais
13/04/2010	Política Nacional do Meio Ambiente; Decreto 99.274/1990
20/04/2010	1ª Avaliação
27/04/2010	Lei de Crimes Ambientais e Decreto 3.179/99; Política Nacional da Educação Ambiental
04/05/2010	Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Decreto 4.340 de 22/08/2002 - Regulamenta Artigos da Lei n.o 9.985/00.
11/05/2010	Política Nacional de Recursos Hídricos e Lei da ANA
18/05/2010	Portaria 518MS/2004 - Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências; Decreto 5.440/2005 - Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.
25/05/2010	Congresso de Direito Ambiental – não haverá aula
08/06/2010	Resolução CONAMA 357/2005 - estabelece diretrizes ambientais para corpos d'água e padrões para lançamentos de efluentes
15/06/2010	Pacto pelo Saneamento Básico e Política Nacional de Saneamento Básico
22/06/2010	São João – não haverá aula
29/06/2010	Lei Estadual 11.172/08 – Política Estadual Saneamento Básico BA
06/07/2010	Projeto de Lei 1.991/2007 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
13/07/2010	2ª Avaliação – para alunos que não entregarem os estudos dirigidos no prazo
20/07/2010	Provas Finais – conteúdo: toda a matéria do semestre

FORMA DE AVALIAÇÃO DO APRENDIZADO

O processo de avaliação será contínuo, e levará em conta a assiduidade, pontualidade e a participação do aluno nas atividades.

A média final será calculada da seguinte maneira:

M = 1ª Prova + soma das 5 maiores notas de estudos dirigidos

2

Os alunos deverão entregar os estudos dirigidos no prazo estabelecido; não serão aceitos trabalhos entregues após o prazo

Cada estudo dirigido valerá até 02 pontos

Pode ocorrer de ser feita alguma atividade em sala de aula, valendo como nota para o estudo dirigido, portanto se o aluno tiver faltado, não poderá entregar o trabalho posteriormente

Serão selecionadas as 5 maiores notas de estudos dirigidos

Os alunos que não entregarem os cinco estudos dirigidos deverão fazer a 2ª prova em substituição à nota daqueles

Os alunos que perderem uma das avaliações deverão fazer a prova até, no máximo, 48 horas que antecedem a 2ª prova, em horário extra-aula a ser determinado pelo docente.

METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição oral participada sobre o tema proposto; Projeção de roteiros em slides, para facilitar o acompanhamento lógico do tema; Leitura e discussão de textos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

Bibliografia Básica:

BARROS, W. P. Curso de direito ambiental. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. 530p.

MEDAUAR, Odete (Org). Coletânea de legislação de direito ambiental. Constituição Federal. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 1167p.

MILARÉ, E. Direito do ambiente. A gestão ambiental em foco. 6a ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2009, 1343p.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, P. B. Direito ambiental. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. 560p.

BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campos, 1992. 216p.

DERANI, C. Direito ambiental econômico. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 290p.

FIORILLO, A. C. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 634 p.

GRANZIERA, M.L.M. Direito das águas. Disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas, 2006. 256p.

LEITE, J.R.M; CANOTILHO, J.J.G. Direito constitucional ambiental brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 447p.

MACHADO, P.A.L. Recursos hídricos: direito brasileiro e internacional. São Paulo: Malheiros, 2002. 216p.

MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. 17ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. 1135p.

MUKAI, T. Direito ambiental sistematizado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 240p.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Elementos de direito ambiental. Parte Geral. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. 364p.

Periódicos:

Revista Brasileira de Direito Ambiental

Revista de Direito Ambiental

Revista Internacional Direito e Cidadania: <http://www.iedc.org.br/REID/>

Aprovado em Reunião, dia ____/____/____.

Coordenador do colegiado